



ATIVIDADES DE TREINO

Princípios
Constitucionais

Prof^a Natalia Valença





SUMÁRIO

ATIVIDADE

Questão 1

Questão 2

Questão 3

GABARITO

Questão 1

Questão 2

Questão 3

3

3

3

3

5

5

5

6



ATIVIDADE

Questão 1

(XXVII EXAME - QUESTÃO 2) Um grupo de criminosos fortemente armados desferiu disparos de arma de fogo contra diversos populares no Estado Alfa, dando causa à morte de trinta pessoas. No dia seguinte aos fatos, momento em que as autoridades estaduais já tinham iniciado a investigação do ocorrido, certa autoridade federal afirmou que os fatos eram de extrema gravidade, sendo evidente o descumprimento das obrigações internacionais assumidas pela República Federativa do Brasil, bem como que adotaria medida, nesse mesmo dia, para que a investigação dos crimes não fosse realizada por autoridades estaduais. À luz da narrativa acima, responda aos questionamentos a seguir.

A) Que medida judicial poderia ser adotada pela autoridade federal competente para que a investigação dos crimes fosse transferida das autoridades estaduais para as federais? Justifique. (Valor: 0,60)

B) Considerando os dados da narrativa acima, em especial o fato de não haver qualquer notícia da ineficiência das autoridades estaduais, a medida judicial eventualmente ajuizada deveria ser acolhida pelo Tribunal competente? Justifique. (Valor: 0,65)

Obs.: o(a) examinando(a) deve fundamentar suas respostas. A mera citação do dispositivo legal não confere pontuação.

Questão 2

(XXX EXAME - QUESTÃO 2) Com o objetivo de conter o avanço das organizações criminosas em algumas associações de moradores, o Estado Alfa editou a Lei XX/2018, veiculando as normas a serem observadas para a confecção dos estatutos dessas associações e condicionando a posse da diretoria de cada associação à prévia autorização do Secretário de Estado de Segurança Pública, que verificaria a vida pregressa dos pretendentes. À luz da situação hipotética acima, responda aos itens a seguir.

A) A Lei XX/2018 do Estado Alfa, ao veicular normas sobre a confecção dos estatutos das associações de moradores, é compatível com a Constituição da República? (Valor: 0,70)

B) A exigência de que a posse da diretoria de cada associação de moradores seja antecedida de autorização do Secretário de Segurança Pública do Estado Alfa é materialmente compatível com a Constituição da República? (Valor: 0,55)

Obs.: o(a) examinando(a) deve fundamentar suas respostas. A mera citação do dispositivo legal não confere pontuação.

Questão 3

(XV EXAME - QUESTÃO 3) Os jornais noticiaram violenta chacina ocorrida no Estado Y, onde foram torturadas e assassinadas dezenas de crianças e mulheres de uma



comunidade rural de baixa renda, com suspeita de trabalho escravo. É aberto inquérito policial para a investigação dos fatos e, passado um mês do ocorrido, a polícia e as autoridades locais mantêm-se absolutamente inertes, configurando, de forma patente, omissão na apuração dos crimes. A imprensa nacional e a internacional dão destaque à omissão, afirmando que o Estado Y não é capaz de assegurar a proteção aos diversos direitos humanos contidos em tratados internacionais dos quais o Brasil é signatário. Com base no caso apresentado, responda aos itens a seguir.

A) O que se entende por federalização dos crimes contra os direitos humanos?

B) O Presidente da República pode requerer a aplicação do instituto? Perante qual juízo ou tribunal brasileiro deve ser suscitado o instituto da federalização dos crimes contra os direitos humanos?

Obs.: o(a) examinando(a) deve fundamentar suas respostas. A mera citação do dispositivo legal não confere pontuação.



GABARITO

Questão 1

A) A medida judicial que poderia ser ajuizada, pelo Procurador-Geral da República, é o incidente de deslocamento de competência para a Justiça Federal, isso em razão da grave violação de direitos humanos, conforme dispõe o art. 109, § 5º, da CRFB/88.

B) A medida judicial não deveria ser acolhida pelo Superior Tribunal de Justiça, já que ajuizada no dia seguinte aos fatos, inexistindo notícia de ineficiência das autoridades estaduais na sua apuração. Exige-se que a atuação federal ocorra em caráter subsidiário, conforme reiterada interpretação do Tribunal a respeito do art. 109, § 5º, da CRFB/88.

ITEM	PONTUAÇÃO	PONTUAÇÃO DO ALUNO
A) Incidente de deslocamento de competência para a Justiça Federal OU Federalização da investigação decorrente de grave violação de direitos humanos (0,50), conforme dispõe o Art. 109, § 5º, da CRFB/88 (0,10).	0,00/0,50/0,60	
B) A medida judicial não deveria ser acolhida porque a atuação federal deve ocorrer em caráter subsidiário (0,25), tendo sido ajuizada no dia seguinte aos fatos OU quando já iniciada a apuração estadual OU sem notícia de ineficiência das autoridades estaduais (0,30), conforme jurisprudência consolidada do Superior Tribunal de Justiça (0,10).	0,00/0,25/0,30/0,35 /0,40/0,55/0,65	



Palavra-chave (procure no índice)

DIREITOS HUMANOS: Art. 109, §5º, da CRFB/88 - GRAVE VIOLAÇÃO

Questão 2

A) Não. Ao dispor sobre a confecção dos estatutos das associações de moradores, a Lei XX/2018 afrontou a competência privativa da União para legislar sobre direito civil (Art. 22, inciso I, da CRFB/88), sendo formalmente inconstitucional.



B) Não. A exigência de que a posse da diretoria da associação seja antecedida de autorização do Secretário de Segurança Pública afronta a vedação à interferência estatal no funcionamento das associações, conforme entendimento do Art. 5º, inciso XVIII, da CRFB/88.

ITEM	PONTUAÇÃO	PONTUAÇÃO DO ALUNO
A) Não. Ao dispor sobre a confecção dos estatutos das associações de moradores, a Lei XX/2018 afrontou a competência privativa da União para legislar sobre direito civil (0,60), segundo o Art. 22, inciso I, da CRFB/88 (0,10).	0,00/0,60/0,70	
B) Não. A exigência de que a posse da diretoria da associação seja antecedida de autorização do Secretário de Segurança Pública afronta a vedação à interferência estatal no funcionamento das associações (0,45), segundo o Art. 5º, inciso XVIII, da CRFB/88 (0,10).	0,00/0,45/0,55	



Palavra-chave (procure no índice)

COMPETÊNCIA: Art. 22, I, da CRFB/88 - DIREITO CIVIL

ASSOCIAÇÃO: Art. 5º, XVIII, da CRFB/88 - FUNCIONAMENTO

Questão 3

A) A federalização dos crimes contra os direitos humanos é um instituto trazido pela Emenda Constitucional nº 45/2004, consistente na possibilidade de deslocamento de competência da Justiça comum para a Justiça Federal, nas hipóteses em que ficar configurada grave violação de direitos humanos. Tem previsão no Art. 109, § 5º, da Constituição Federal. A finalidade do instituto é a de assegurar proteção efetiva aos direitos humanos e o cumprimento das obrigações assumidas pelo Brasil em tratados internacionais.

B) O Presidente da República não tem competência para suscitar a aplicação do instituto. Conforme previsão constante do Art. 109, § 5º, da Constituição Federal, apenas o Procurador Geral da República pode suscitar a aplicação do instituto, e, nos termos do mesmo dispositivo, o tribunal perante o qual deve ser suscitado o instituto é o Superior Tribunal de Justiça (STJ).



ITEM	PONTUAÇÃO	PONTUAÇÃO DO ALUNO
A) A federalização dos crimes contra os direitos humanos é um instituto trazido pela Emenda Constitucional n. 45/2004, que consiste na possibilidade de deslocamento de competência da Justiça comum para a Justiça Federal (0,35) A federalização dos crimes tem cabimento nas hipóteses em que ficar configurada grave violação de direitos humanos (0,20). Tem previsão no Art. 109, § 5º, da Constituição Federal. (0,10)	0,00/0,35/0,55/0,65	
B) Não, o Presidente da República não pode suscitar a aplicação do instituto. Apenas o Procurador Geral da República tem legitimidade para fazê-lo, (0,20). O instituto deve ser suscitado perante o Superior Tribunal de Justiça (STJ), conforme previsão do mesmo dispositivo. (0,30). Conforme Art. 109, § 5º, da Constituição Federal.	0,00/0,20/0,50	



Palavra-chave (procure no índice)

DIREITOS HUMANOS: Art. 109, §5º, da CRFB/88 - GRAVE VIOLAÇÃO

DESLOCAMENTO DE COMPETÊNCIA: Art. 109, §5º, da CRFB/88